



**Banco Original**

**Banco Original do  
Agronegócio S.A.**

Demonstrações Financeiras

**2013**

## ÍNDICE

▪ Relatório da Administração	1
▪ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	2
▪ Balanços Patrimoniais	3
▪ Demonstrações do Resultado	4
▪ Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	4
▪ Demonstrações dos Fluxos de Caixa	5
▪ Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	6

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:**

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

O Banco tem como principal mercado de atuação o setor de agricultura e pecuário nacional, oferecendo produtos e serviços destinados ao crescimento sustentável do segmento, através da manutenção de uma equipe de agrônomos, zootecnistas e especialistas financeiros que atuam em conjunto a fim de estruturar soluções específicas para cada cliente.

Conta com uma mesa de operações voltada para o atendimento a clientes e também proprietária, realizando operações estruturadas, renegociação de dívidas e de derivativos em bolsa, câmbio pronto e câmbio físico, além de financiamento de projetos pecuários que incluem a construção de instalações, reforma de pastagens, compra de insumos e de animais.

**• Cenário Econômico****1. Contexto Macroeconômico**

O segundo semestre de 2013 registrou forte incerteza ao seu início pela dificuldade de avaliação do efeito sobre o crescimento das manifestações de rua em junho. Os indicadores no início do semestre foram realmente negativos, o que levou à queda no Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre. Apesar da queda trimestral, os indicadores mensais mostraram recuperação ao longo do tempo e permitiram que o PIB se recuperasse ao longo do semestre.

Outra característica importante foi a reversão forçada do aumento das tarifas de transporte público em um grande número de cidades. Conseqüentemente, a inflação recuou fortemente nestes meses, o que ajudou a restabelecer o ganho real dos salários, após o acúmulo de perdas no início do ano que tanto deprimiu o consumo.

O mercado de trabalho continuou a registrar taxas de desemprego cada vez menores, explicadas pela diminuição da expansão da população em idade de trabalhar no último ano. O reflexo do baixo desemprego foi a recuperação do crescimento dos salários nominais ao longo do semestre.

A taxa de investimento da economia recuou no terceiro trimestre, pelo recuo na construção civil, na compra de máquinas e equipamentos e por mais uma redução nos estoques. Apesar do recuo, o segundo semestre foi marcado pela sequência de leilões de concessão do investimento e exploração da infraestrutura de rodovias, aeroportos e o importante leilão do campo de petróleo na área do pré-sal na bacia de Campos.

Um evento marcante no semestre foi a desvalorização acelerada da taxa de câmbio. A incerteza iniciada ainda no primeiro semestre sobre o efeito da redução dos estímulos monetários nos Estados Unidos se acentuou e o real se desvalorizou fortemente até meados de agosto. O movimento levou o Bacen a introduzir um programa de venda diária de dólar futuro (por meio de "swaps" e linhas comerciais).

O saldo comercial registrou oscilações expressivas ao longo do semestre, relacionados mais uma vez ao aumento da variação no saldo comercial de combustíveis. O investimento estrangeiro na economia diminuiu e o saldo do câmbio contratado no ano foi negativo pela primeira vez desde 2008, embora o superávit comercial tenha encerrado o ano com números melhores.

O semestre também marcou o momento em que o mercado de renda-fixa reavaliou a magnitude da elevação das taxas de juros necessária para o restabelecimento da estabilidade de preços. Como resultado, a continuação do ciclo de elevação da Selic por todo o semestre alterou significativamente as taxas de juros em todos os prazos. A elevação da taxa de juros foi acompanhada da desaceleração do crédito nos bancos públicos, ao passo que os bancos privados voltaram a expandir sua carteira de crédito na esteira do recuo contínuo da inadimplência no semestre.

Por fim, o semestre foi marcado pelo esforço de conter a aceleração moderada, porém contínua, da inflação, ao mesmo tempo em que se avançou nos leilões de concessão do investimento em infraestrutura para o setor privado. A política fiscal se tornou mais contracionista nos meses finais do ano, ao mesmo tempo em que a taxa de juros foi elevada e foi lançado o programa de venda diária de dólar futuro. O crédito bancário privado interrompeu a sua desaceleração ao passo que a balança comercial começou a mostrar reação à taxa de câmbio mais desvalorizada nos últimos dois anos.

**• Desempenho nos Negócios****1. Resultados**

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco apresentou lucro no exercício de R\$19.431 mil, contra um prejuízo de R\$12.997 mil apresentados no exercício de 2012, e no segundo semestre de 2013 um lucro de R\$5.765 mil.

O resultado com operações de crédito, que inclui receita de juros e recuperação de créditos baixados como prejuízo, apresentou queda em 2013 na comparação com o mesmo período de 2012.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos no período findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$13.035 mil de reversão e R\$35.223 mil no mesmo período de 2012.

**2. Ativos e Passivos**

O total de ativos atingiu R\$532.526 mil (2012 - R\$810.742 mil), são representados por: R\$82.829 Aplicações Interfinanceiras, R\$81.634 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos e Carteira de Crédito, líquida da provisão para devedores duvidosos, de R\$338.912 mil.

A carteira de crédito ao término do exercício atingiu R\$366.928 mil, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$28.016 mil, correspondente a 7,6% da carteira total, em dezembro de 2012 correspondiam a R\$538.006 mil, R\$29.229 mil, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram ao final do período R\$553.616 mil e em 2012 R\$768.640 mil, com redução de 28% quando comparado ao mesmo período de 2012.

**3. Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$103.973 mil (Capital Social - R\$101.671 mil, Reservas Patrimoniais - R\$2.302 mil), comparados a R\$88.992 mil (Capital Social - R\$101.212 mil, Reservas de Lucros - R\$1.553 mil e Prejuízos Acumulados - R\$13.773 mil), apresenta evolução de 16,8%, este aumento é decorrente, principalmente, do lucro ocorrido no exercício de 2013.

**• Agência de Rating**

As agências internacionais de rating, atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto Prazo	Longo Prazo
	Escala Nacional	
Moody's	BR - 2	Baa2.br
Standard & Poor's	brA-3	brBBB

**• Governança Corporativa****1. Gerenciamento de Riscos e Controles**

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo Bacen relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

Durante 2013 foi atualizado, estruturado e definido os papéis e responsabilidades individuais dos Comitês de Governança, que o Banco entende como fundamental para o desempenho dos negócios, com o objetivo de estabelecer o processo de decisão institucional e agregar valor ao negócio.

O Banco revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor promovida pelo Bacen.

**• Ouvidoria**

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão. Em 2013, foi aberta 1 demanda (2012 - 0), está informada à Alta Administração do Banco, e consta no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução Bacen nº 3.849/2010.

**• Eventos Recentes****1. Transferências do quadro de colaboradores**

No primeiro semestre de 2013 a maioria do quadro de colaboradores do Banco Original do Agronegócio S.A. foi transferido para o Banco Original S.A.

As obrigações trabalhistas e despesas de pessoal foram em sua maioria transferidas para o Banco Original S.A.

**• Reestruturação Societária**

Em 23 de abril de 2012 foi vendida a totalidade da participação do Banco na empresa, Forsix Administradora de Recursos Ltda. (Forsix), para a empresa J&F Participações Financeiras Ltda.

**• Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 19 de março de 2014

**Diretoria**

(Aprovado na reunião da Diretoria de 19 de março de 2014)

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas do  
Banco Original do Agronegócio S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 18 de março de 2014



**KPMG Auditores Independentes**

CRC 2SP014428/O-6

**Alberto Spilborghs Neto**

Contador CRC 1SP167455/O-0

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>		<u>Nota</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Ativo Circulante</b>		<b>457.120</b>	<b>691.126</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>309.102</b>	<b>540.933</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>2.581</b>	<b>1.038</b>	<b>Depósitos</b>	<b>13.a</b>	<b>135.890</b>	<b>202.420</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>5</b>	<b>79.430</b>	<b>102.050</b>	Depósitos à Vista		11.412	9.389
Aplicações no Mercado Aberto		79.430	100.026	Depósitos Interfinanceiros		51.788	150.238
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		–	2.024	Depósitos a Prazo		72.690	42.793
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos</b>				<b>Captações no Mercado Aberto</b>	<b>13.b</b>	<b>–</b>	<b>61.649</b>
<b>Financeiros Derivativos</b>	<b>6</b>	<b>81.600</b>	<b>125.761</b>	Carteira Própria		–	50.647
Carteira Própria		51.857	6.038	Carteira de Terceiros		–	11.002
Vinculados a Compromissos de Recompra		703	51.236	<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>13.c</b>	<b>162.653</b>	<b>185.636</b>
Vinculados à Prestação de Garantias		28.849	26.473	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		162.653	185.636
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	191	42.014	<b>Relações Interdependências</b>		<b>430</b>	<b>421</b>
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>7</b>	<b>299</b>	<b>155</b>	Recursos em Trânsito de Terceiros		430	421
Créditos Vinculados:		299	155	<b>Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais</b>	<b>13.d</b>	<b>642</b>	<b>8.103</b>
Depósitos no Banco Central		299	155	Outras Instituições		642	8.103
<b>Operações de Crédito</b>	<b>8</b>	<b>285.653</b>	<b>446.801</b>	<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6.b</b>	<b>49</b>	<b>42.019</b>
Setor Privado		294.490	475.424	Instrumentos Financeiros Derivativos		49	42.019
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(8.837)	(28.623)	<b>Outras Obrigações</b>	<b>14</b>	<b>9.438</b>	<b>40.685</b>
<b>Outros Créditos</b>	<b>9</b>	<b>7.460</b>	<b>15.321</b>	Carteira de Câmbio		77	2.674
Carteira de Câmbio	9.a	–	2.706	Sociais e Estatutárias		3.782	660
Rendas a Receber		128	199	Fiscais e Previdenciárias	14.a	1.160	13.060
Negociação e Intermediação de Valores		73	560	Negociação e Intermediação de Valores		1.064	73
Créditos Tributários	9.b	3.109	6.007	Diversas	14.b	3.355	24.218
Diversos	9.d	4.150	8.065	<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>119.446</b>	<b>180.544</b>
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	–	(2.216)	<b>Depósitos</b>	<b>13.a</b>	<b>102.389</b>	<b>148.843</b>
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>97</b>	<b>–</b>	Depósitos a Prazo		102.389	148.843
Outros Valores e Bens		–	–	<b>Captações no Mercado Aberto</b>	<b>13.b</b>	<b>700</b>	<b>–</b>
Despesas Antecipadas		97	–	Carteira Própria		700	–
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>73.236</b>	<b>95.620</b>	<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>13.c</b>	<b>14.014</b>	<b>9.730</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>5</b>	<b>3.399</b>	<b>–</b>	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		14.014	9.730
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		3.399	–	<b>Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais</b>	<b>13.d</b>	<b>–</b>	<b>1.010</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos</b>				Outras Instituições		–	1.010
<b>Financeiros Derivativos</b>	<b>6</b>	<b>34</b>	<b>300</b>	<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>6.b</b>	<b>–</b>	<b>13</b>
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	34	300	Instrumentos Financeiros Derivativos		–	13
<b>Operações de Crédito</b>	<b>8</b>	<b>53.259</b>	<b>61.976</b>	<b>Outras Obrigações</b>	<b>14</b>	<b>2.343</b>	<b>20.948</b>
Setor Privado		72.438	62.582	Diversas	14.b	2.243	850
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(19.179)	(606)	Subscrições de Capital a Integralizar	14.b	100	20.098
<b>Outros Créditos</b>	<b>9</b>	<b>16.544</b>	<b>25.344</b>	<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>		<b>5</b>	<b>273</b>
Créditos Tributários	9.b	16.544	25.344	Rendas Antecipadas		5	273
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>–</b>	<b>8.000</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>16</b>	<b>103.973</b>	<b>88.992</b>
Outros Valores e Bens		–	8.000	Capital Social:		101.671	101.212
<b>Permanente</b>		<b>2.170</b>	<b>23.996</b>	De Domiciliados no País	16.a	101.671	101.212
<b>Investimentos</b>	<b>10</b>	<b>179</b>	<b>20.334</b>	Reservas de Lucros	16.b	2.302	1.553
Participações em Coligadas e Controladas:		179	20.334	Lucros ou Prejuízos Acumulados		–	(13.773)
No País	10	179	20.334	<b>Total do Passivo</b>		<b>532.526</b>	<b>810.742</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>11</b>	<b>1.514</b>	<b>1.754</b>				
Outras Imobilizações de Uso		3.104	2.832				
(Depreciações Acumuladas)		(1.590)	(1.078)				
<b>Diferido</b>	<b>12</b>	<b>477</b>	<b>1.908</b>				
Gastos de Organização e Expansão		7.155	7.155				
(Amortizações Acumuladas)		(6.678)	(5.247)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>532.526</b>	<b>810.742</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>39.752</b>	<b>114.800</b>	<b>153.898</b>
Operações de Crédito	8.g	34.092	110.546	130.183
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	6.964	10.989	24.953
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	(1.637)	(7.317)	(326)
Resultado de Operações com Câmbio		333	582	(912)
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(17.606)</b>	<b>(55.893)</b>	<b>(98.596)</b>
Operações de Captação no Mercado	13.a.1	(21.924)	(44.785)	(58.076)
Operações de Empréstimos e Repasses		(135)	(331)	(204)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		4.453	(10.777)	(40.316)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>22.146</b>	<b>58.907</b>	<b>55.302</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(13.396)</b>	<b>(27.308)</b>	<b>(59.546)</b>
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	19	283	629	1.684
Despesas de Pessoal	20	(4.574)	(13.203)	(36.724)
Outras Despesas Administrativas	21	(6.627)	(15.678)	(18.199)
Despesas Tributárias	22	(1.147)	(4.329)	(5.824)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10	(134)	(371)	(729)
Outras Receitas Operacionais	23	73	7.111	346
Outras Despesas Operacionais	24	(1.270)	(1.467)	(100)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>8.750</b>	<b>31.599</b>	<b>(4.244)</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>25</b>	<b>5</b>	<b>16</b>	<b>88</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>8.755</b>	<b>31.615</b>	<b>(4.156)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>26</b>	<b>(1.241)</b>	<b>(10.437)</b>	<b>9.179</b>
Provisão para Imposto de Renda		176	-	(5.439)
Provisão para Contribuição Social		118	-	(3.420)
Ativo Fiscal Diferido		(1.535)	(10.437)	18.038
<b>Participações no Lucro</b>		<b>(1.747)</b>	<b>(1.747)</b>	<b>(18.020)</b>
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/Exercício</b>		<b>5.767</b>	<b>19.431</b>	<b>(12.997)</b>
<b>Juros Sobre Capital Próprio</b>		<b>(4.450)</b>	<b>(4.450)</b>	<b>(776)</b>
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) por Ação - em (R\$100.000.000) Ações</b>		<b>0,0577</b>	<b>0,1943</b>	<b>(0,1300)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros Reserva Estatutária	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>		<b>101.212</b>	<b>-</b>	<b>1.553</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>102.765</b>
Prejuízo do Exercício		-	-	-	-	(12.997)	(12.997)
Destinações:							
Juros sobre o Capital Próprio	16.c	-	-	-	-	(776)	(776)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>		<b>101.212</b>	<b>-</b>	<b>1.553</b>	<b>-</b>	<b>(13.773)</b>	<b>88.992</b>
<b>Mutações do Exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(13.773)</b>	<b>(13.773)</b>
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	19.431	19.431
Destinações:							
Aumento de Capital em Andamento	16.a	-	459	-	-	(459)	-
Constituição de Reserva Legal	16.b.1	-	-	749	-	(749)	-
Juros sobre o Capital Próprio	16.c	-	-	-	-	(4.450)	(4.450)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		<b>101.212</b>	<b>459</b>	<b>2.302</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>103.973</b>
<b>Mutações do Exercício</b>		<b>-</b>	<b>459</b>	<b>749</b>	<b>-</b>	<b>13.773</b>	<b>14.981</b>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2013</b>		<b>101.212</b>	<b>-</b>	<b>1.553</b>	<b>-</b>	<b>(109)</b>	<b>102.656</b>
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	5.767	5.767
Destinações:							
Aumento de Capital em Andamento	16.a	-	459	-	-	(459)	-
Constituição de Reserva Legal	16.b.1	-	-	749	-	(749)	-
Juros sobre o Capital Próprio	16.c	-	-	-	-	(4.450)	(4.450)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		<b>101.212</b>	<b>459</b>	<b>2.302</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>103.973</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Semestre	2013	2012
<b>Atividades Operacionais</b>				
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/Exercício</b>		<b>5.767</b>	<b>19.431</b>	<b>(12.997)</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/Exercício:</b>		<b>1.121</b>	<b>26.668</b>	<b>41.528</b>
Juros sobre capital próprio	16.c	-	-	(776)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(4.453)	10.777	38.100
Provisão para Outros Créditos	8.e	-	-	2.216
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	24	1.198	1.393	-
Resultado de Participações em Coligadas Controladas	10	134	371	729
Depreciações e Amortizações	21	960	1.943	1.882
Tributos Diferidos		1.535	10.437	(18.038)
Provisão de Participações no Lucro		1.747	1.747	18.020
Outros		-	-	(605)
<b>Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/Exercício</b>		<b>6.888</b>	<b>46.099</b>	<b>28.531</b>
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>(139.597)</b>	<b>(73.588)</b>	<b>(372.253)</b>
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(3.178)	(2.956)	(1.448)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		51	(7.993)	2.378
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(119)	9	354
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		(176)	(144)	-
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		52.783	159.088	(68.721)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(356)	16.661	(21.601)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		589	(97)	(8.000)
Aumento (Redução) em Depósitos		(155.419)	(112.984)	62.222
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(5.302)	(60.949)	(192.994)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(22.460)	(18.699)	(132.217)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(3.966)	(8.471)	9.113
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(1.863)	(36.785)	(21.215)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(181)	(268)	(124)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>		<b>(132.709)</b>	<b>(27.489)</b>	<b>(343.722)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>				
Aquisição de Imobilizado de Uso		(172)	(272)	(876)
Aquisição de Participação Societária - Brasil Agrosec		-	-	(350)
Alienação de Investimentos		-	-	571
Caixa Líquido Recebido na Alienação/Redução de Investimentos		(213)	(213)	-
Alienação de Bens não de Uso Próprio		8.000	8.000	-
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento</b>		<b>7.615</b>	<b>7.515</b>	<b>(655)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		-	(660)	(27.559)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento</b>		<b>-</b>	<b>(660)</b>	<b>(27.559)</b>
<b>Redução Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(125.094)</b>	<b>(20.634)</b>	<b>(371.936)</b>
<b>Modificações na Posição Financeira:</b>				
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	<b>4</b>	<b>207.105</b>	<b>102.645</b>	<b>474.581</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período</b>	<b>4</b>	<b>82.011</b>	<b>82.011</b>	<b>102.645</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1. Contexto Operacional**

O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compromissadas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

**2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/2007, e Medida Provisória (MP) nº 449/2008 (convertida posteriormente na Lei nº 11.941/2009), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e dos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 19 de março de 2014 e estão divulgadas, no endereço eletrônico [www.bancooriginal.com.br](http://www.bancooriginal.com.br).

**3. Principais Práticas Contábeis**

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

**a) Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

**b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

**c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores são compostos conforme Nota 4.

**e) Títulos e Valores Mobiliários**

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado;
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados ao valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

O Banco não possui títulos classificados nas categorias disponíveis para venda e mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Sua carteira foi integralmente classificada como títulos para negociação, que incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo apresentados pelo valor de mercado e classificados no ativo circulante, independente da data de vencimento dos títulos.

**f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)**

Os instrumentos financeiros derivativos que o Banco opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular Bacen nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

**g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533/2008, do CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência.

As operações de cessão de créditos classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

As operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência devem permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer o procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido, o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Banco para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

**h) Outros ativos**

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

**i) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**j) Permanente**

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

**j.1) Investimentos em Controladas**

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

**j.2) Imobilizado de Uso e Diferido**

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a taxa de depreciação estipulada pelo RIR nº 99, sendo, edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10%, conforme Nota 11.

O ativo diferido, composto por gastos com organização e expansão, é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a legislação em vigor que estabelece um prazo mínimo de 5 anos e máximo de 10 anos para amortização total, conforme Nota 12.

Conforme Resolução CMN nº 3.617/2008, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o ativo diferido está representado por despesas pré-operacionais e gastos com organização e expansão, os quais estão sendo amortizados no prazo de 5 anos. Os valores constituídos no ativo diferido até a entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.617/2008 serão mantidos neste grupo até a sua amortização total ou efetiva baixa.

**k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")**

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existiam indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

**m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)**

A provisão para IRPJ é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL das instituições financeiras é de 15% e 9% para as demais empresas sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

**n) Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

**o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**

O PIS 0,65% e a Cofins 4,00% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

**p) Outros Passivos**

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

**q) Resultado de Exercícios Futuros**

Entenda-se como rendas antecipadas (resultado de exercício futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação do serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, apenas, da fluência do prazo.

**r) Partes Relacionadas**

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 18.c.

**s) Resultado por Ação**

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

**t) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)**

Não há previsão estatutária de distribuição obrigatória mínima de dividendos ou JCP, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No exercício de 2013 e 2012 foram deliberados dividendos na forma de JCP, a deliberação está demonstrada na Nota 16.c.

**u) Informações Suplementares**

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a MP nº 627/2013 que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP nº 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e ao COFINS.

O Banco aguardará a conversão em Lei da MP nº 627/2013 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Organização.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**
**Composição**

Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)

**Total**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	2.581	1.038
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	79.430	101.607
<b>Total</b>	<b>82.011</b>	<b>102.645</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

	Até 3 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2013	31/12/2012
			Total	Total
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>79.430</b>	<b>-</b>	<b>79.430</b>	<b>100.026</b>
<b>Posição Bancada</b>	<b>79.430</b>	<b>-</b>	<b>79.430</b>	<b>89.024</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	78.829	-	78.829	10.003
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	79.021
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	601	-	601	-
<b>Posição Financiada</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.002</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	11.002
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>-</b>	<b>3.399</b>	<b>3.399</b>	<b>2.024</b>
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	285	285	181
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	2.762	2.762	1.581
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	352	352	262
<b>Total</b>	<b>79.430</b>	<b>3.399</b>	<b>82.829</b>	<b>102.050</b>
<b>Circulante</b>			<b>79.430</b>	<b>102.050</b>
<b>Longo Prazo</b>			<b>3.399</b>	<b>-</b>

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP).

**6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**
**a) Títulos e Valores Mobiliários**
**a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva**
**a.1.1) Títulos para Negociação**

Títulos para Negociação	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	31/12/2013	31/12/2012
			Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Títulos Públicos</b>				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	70.069	(1.446)	68.623	70.138
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	895	2	897	114
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	11.787	102	11.889	13.495
<b>Total</b>	<b>82.751</b>	<b>(1.342)</b>	<b>81.409</b>	<b>83.747</b>

**a.2) Classificação e Vencimento**

Títulos para Negociação	31/12/2013	
	Acima de 12 Meses	Total
<b>Títulos Públicos</b>		
Letras do Tesouro Nacional - LTN	68.623	68.623
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	897	897
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	11.889	11.889
<b>Total</b>	<b>81.409</b>	<b>81.409</b>

**Longo Prazo**

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&amp;FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&amp;FBovespa) ou agentes de mercado, quando necessário.

**a.3) Resultado com Título e Valores Mobiliários**

	01/01 a	01/01 a	
	2º Semestre	31/12/2013	31/12/2012
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.152	8.353	14.835
Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.812	2.636	10.118
<b>Total</b>	<b>6.964</b>	<b>10.989</b>	<b>24.953</b>

**b) Instrumentos Financeiros Derivativos**

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender as necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, taxa prefixada, variação de preço de moedas estrangeiras, lbovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 27.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não-negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "VaR" Paramétrico (Value at Risk), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira "Trading"	Risco de Variação em:	"Value at Risk" Dez/13		
		Média	Fechamento	Fechamento
Fator de Risco				
Prefixado - Dólar	Taxas de Juros prefixada e dólar	126	69	37
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	14	2	21
<b>Exposição com Correlação</b>		<b>84</b>	<b>66</b>	<b>25</b>

Carteira "Banking"	Teste de Estresse Dez/13		
	Média	Fechamento	Fechamento
Risco			
Risco de Taxa de Juros	7.505	9.867	7.801

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado**

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e
- **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
<b>NDF</b>						
<b>Posição Ativa</b>	<b>64</b>	<b>47</b>	<b>7.758</b>	<b>62</b>	<b>121</b>	<b>41.836</b>
Commodities	22	22	4.496	35	34	2.120
Dólar	41	25	3.262	27	87	39.716
<b>Passivo</b>	<b>(40)</b>	<b>(39)</b>	<b>(7.758)</b>	<b>(196)</b>	<b>(176)</b>	<b>(41.836)</b>
Commodities	(40)	(39)	(4.496)	(5)	(6)	(39.716)
Dólar	-	-	(3.262)	(191)	(170)	(2.120)
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>24</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>(134)</b>	<b>(55)</b>	<b>-</b>
<b>Swap</b>						
<b>Posição Ativa</b>	<b>162</b>	<b>178</b>	<b>5.210</b>	<b>78</b>	<b>357</b>	<b>45.171</b>
Commodities	-	-	-	3	7	529
Pré-Fixado	-	-	-	25	20	28.550
Dólar	-	-	-	-	-	1.173
CDI	-	-	-	-	30	7.236
IPCA <sup>(1)</sup>	162	178	5.210	50	300	7.683
<b>Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.210)</b>	<b>(17)</b>	<b>(20)</b>	<b>(45.171)</b>
Commodities	-	-	-	(7)	(10)	(529)
Pré-Fixado	-	-	-	-	(3)	(28.550)
Dólar	-	-	-	(1)	(7)	(1.173)
CDI	-	-	-	(9)	-	(7.236)
IPCA	-	-	(5.210)	-	-	(7.683)
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>162</b>	<b>178</b>	<b>-</b>	<b>61</b>	<b>337</b>	<b>-</b>
<b>Opções</b>						
<b>Posição Passiva</b>	<b>(6)</b>	<b>(10)</b>	<b>886</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
BGI	(6)	(10)	886	-	-	-
<b>Diferencial Líquido</b>	<b>(6)</b>	<b>(10)</b>	<b>886</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

	31/12/2013			31/12/2012		
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Valor Referencial dos Contratos	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	24	(15)	8	7.758	79	41.836
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	162	16	178	5.210	276	45.171
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	(6)	(4)	(10)	886	-	-
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	318.314	-	287.647
<b>Total</b>	<b>179</b>	<b>(3)</b>	<b>176</b>	<b>332.167</b>	<b>355</b>	<b>374.654</b>

**b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento**

	Até 6 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2013 Total	31/12/2012 Total
	Operações NDF a Receber/(Pagar)	8	-	8
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	144	34	178	337
Operações Opções a Receber/(Pagar)	(10)	-	(10)	-
<b>Total</b>	<b>142</b>	<b>34</b>	<b>176</b>	<b>282</b>

**Futuros Referencial**

	Até 6 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2013 Total	31/12/2012 Total
	Commodities	-	868	868
DDI	48.924	23.319	72.244	124.449
DI	22.787	55.302	78.089	136.500
Dólar	167.114	-	167.114	26.603
<b>Total</b>	<b>238.825</b>	<b>79.490</b>	<b>318.314</b>	<b>287.647</b>

Os ajustes líquidos (a pagar) ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, milho, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$990 (2012 - R\$487), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&amp;FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos, no valor de R\$28.849 (2012- R\$26.473), representados por LTN, NTN-B e LFT.

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP, e na BM&amp;FBovespa.

**b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos**

	2º Semestre			01/01 a 31/12/2013			01/01 a 31/12/2012	
	Receita	Despesa	Resultado	Receita	Despesa	Resultado	Resultado	
NDF	5.506	(4.449)	1.057	10.166	(9.945)	221	(40)	
"Swap"	847	(120)	727	1.819	(508)	1.311	(814)	
Opções	375	(242)	133	426	(260)	166	1	
DI	725	(744)	(19)	1.439	(1.015)	424	755	
DDI	9.732	(7.557)	2.175	15.884	(20.323)	(4.439)	637	
BGI	241	(179)	62	529	(457)	72	655	
Moedas	1.147	(6.732)	(5.585)	2.500	(7.228)	(4.728)	(490)	
Índice	-	-	-	-	-	-	(456)	
Milho	20	(11)	9	20	(11)	9	(33)	
Dólar	-	(196)	(196)	-	(353)	(353)	(541)	
<b>Total</b>	<b>18.593</b>	<b>(20.230)</b>	<b>(1.637)</b>	<b>32.783</b>	<b>(40.100)</b>	<b>(7.317)</b>	<b>(326)</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**7. Relações Interfinanceiras**

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

**8. Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa**
**a) Carteira de Créditos - Composição por Produto**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Empréstimos e Títulos Descontados</b>	<b>225.655</b>	<b>438.229</b>
<b>Adiantamentos a Depositantes</b>	-	<b>3</b>
<b>Empréstimos</b>	<b>225.655</b>	<b>438.226</b>
Cédula de Produto Rural (CPR) <sup>(1)</sup>	182.364	289.522
Capital de Giro	37.233	112.802
Conta Corrente Garantida	5.306	33.682
Cheque Especial	41	32
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA)	711	2.188
<b>Financiamentos</b>	<b>140.399</b>	<b>91.324</b>
Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) <sup>(2)</sup>	5.323	7.432
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) <sup>(3)</sup>	135.076	83.892
<b>Financiamentos Rurais e Agroindustriais</b>	<b>874</b>	<b>8.454</b>
<b>Outros Créditos (Nota 9.d)</b>	-	<b>2.216</b>
Direitos Creditórios	-	2.216
<b>Subtotal</b>	<b>366.928</b>	<b>540.223</b>
<b>Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(28.016)</b>	<b>(29.229)</b>
<b>Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	-	<b>(2.216)</b>
<b>Total</b>	<b>338.912</b>	<b>508.778</b>
<b>Circulante</b>	<b>285.653</b>	<b>444.585</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>53.259</b>	<b>61.976</b>

<sup>(1)</sup> Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

<sup>(2)</sup> Instrumento originado pela existência de direitos de crédito imobiliário com pagamento parcelado. A cédula é emitida pelo credor, com o objetivo de facilitar e simplificar a cessão do crédito e podem contar ou não com garantia.

<sup>(3)</sup> Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

**b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades**

	Parcelas a Vencer			<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
<b>Setor Privado</b>					
Rural	10.466	48.170	2.749	61.385	56.870
Indústria	-	3.633	-	3.633	7.250
Comércio	1.664	24.574	9.220	35.458	108.735
Outros Serviços	733	6.083	346	7.162	32.999
Pessoas Físicas <sup>(1)</sup>	20.051	212.017	27.209	259.277	334.369
Habitação	-	13	-	13	-
<b>Total</b>	<b>32.914</b>	<b>294.490</b>	<b>39.524</b>	<b>366.928</b>	<b>540.223</b>

<sup>(1)</sup> Em 2013 refere-se basicamente a Produtor Rural tomador de empréstimos vinculados à CPR, Capital de Giro, Cheque Especial e CDCA.

**c) Concentração de Crédito**

	31/12/2013				31/12/2012	
	Valor	% da Carteira	Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	122.593	33%	814	2,91%	148.526	27%
50 Maiores Devedores Seguintes	185.420	51%	16.544	59,05%	230.504	43%
100 Maiores Devedores Seguintes	52.792	14%	9.169	32,73%	111.841	21%
Demais Devedores Seguintes	6.123	2%	1.489	5,31%	49.352	9%
<b>Total</b>	<b>366.928</b>	<b>100%</b>	<b>28.016</b>	<b>100%</b>	<b>540.223</b>	<b>100%</b>

**d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco**

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2013. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	31/12/2013				31/12/2012
	Carteira de Créditos			Provisão	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal <sup>(1)</sup>	Curso Anormal <sup>(1)</sup>		
A	0,5%	176.278	-	176.278	881
B	1%	84.272	1.961	86.233	862
C	3%	48.777	4.808	53.585	1.608
D	10%	10.475	5.959	16.434	1.643
E	30%	3.947	7.303	11.250	3.375
F	50%	-	4.260	4.260	2.130
G	70%	4.338	236	4.574	3.202
H	100%	408	13.906	14.314	14.315
<b>Total</b>		<b>328.495</b>	<b>38.433</b>	<b>366.928</b>	<b>28.016</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nível de Risco	Carteira de Créditos				31/12/2012
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal <sup>(1)</sup>	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	Total	Provisão Requerida
A	0,5%	210.986	-	210.986	1.055
B	1%	137.800	6.562	144.362	1.444
C	3%	44.292	39.390	83.682	2.510
D	10%	50.959	9.786	60.745	6.075
E	30%	17.042	6.236	23.278	6.983
F	50%	674	5.724	6.398	3.199
G	70%	-	1.977	1.977	1.384
H	100%	2.216	6.579	8.795	8.795
<b>Total</b>		<b>463.969</b>	<b>76.254</b>	<b>540.223</b>	<b>31.445</b>

<sup>(1)</sup> Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

**e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>31.445</b>	<b>20.220</b>
Constituições Líquida de Reversão	10.777	40.316
Baixa para Prejuízo	(14.206)	(29.091)
<b>Saldo Final <sup>(1)</sup></b>	<b>28.016</b>	<b>31.445</b>
<b>Circulante</b>	<b>(8.837)</b>	<b>(30.839)</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>(19.179)</b>	<b>(606)</b>
<b>Créditos Recuperados <sup>(2)</sup></b>	<b>23.812</b>	<b>5.093</b>

<sup>(1)</sup> Inclui provisão para cobrir as eventuais perdas dos avais e fianças honradas e outros créditos.

<sup>(2)</sup> Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

No exercício de 2013 os créditos renegociados é de R\$22.097 (2012 - R\$22.450) relativos às operações vencidas e repactuadas. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 27.

**f) Cessão de Crédito**
**f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros**

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registrados na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

No exercício de 2013 o Banco transferiu o montante de R\$126.558, referente à carteira de crédito, com transferência substancial do risco e benefício (sem coobrigação).

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. O impacto no resultado está composto:

	31/12/2013	31/12/2012
Total da Carteira Cedida	126.558	126.558
Valor da Venda	115.778	115.778
Prejuízo com Cessão de Créditos (Nota 8.g)	(10.780)	(10.780)
Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo (Nota 8.g)	22.622	22.622
No exercício de 2012 não ocorreram transferências de ativos.		
<b>g) Resultado de Operações de Crédito</b>		
	<b>01/01 a</b>	<b>01/01 a</b>
	<b>2º Semestre</b>	<b>31/12/2013</b>
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	2	12
Rendas de Empréstimos	29.953	73.889
Rendas de Financiamentos	11.576	23.613
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo (Nota 8.e)	2.095	23.812
Resultado com Cessão de Créditos (Nota 8.f.1)	(9.534)	(10.780)
<b>Total</b>	<b>34.092</b>	<b>110.546</b>
		<b>31/12/2012</b>
		77
		116.128
		8.885
		5.093
		-
		<b>130.183</b>

**9. Outros Créditos**
**a) Carteira de Câmbio**

Abaixo as posições ativas e passivas de carteira de câmbio em 31 de dezembro de 2013.

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativo</b>		
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(76)	-
Direitos sobre Venda de Câmbio	76	1.342
Câmbio Comprado a Liquidar	-	1.364
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2.706</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>2.706</b>
<b>Passivo</b>		
Câmbio Vendido a Liquidar	77	1.339
Obrigações por Compra de Câmbio	-	1.367
A Instituições Financeiras	-	(32)
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>2.674</b>
<b>Circulante</b>	<b>77</b>	<b>2.674</b>

O valor das operações de câmbio em 31 de dezembro de 2013 foi liquidado em D+1.

**b) Créditos Tributários**
**Créditos Fiscais Diferidos**

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Saldo Inicial</b>	<b>31.351</b>	<b>12.192</b>
Constituições	13.276	19.245
Reversões	(24.974)	(86)
<b>Saldo Final</b>	<b>19.653</b>	<b>31.351</b>
<b>Débitos Fiscais Diferidos</b>		
<b>Saldo Inicial</b>	<b>1.563</b>	<b>312</b>
Constituições	1.430	2.269
Reversões	(2.918)	(1.018)
<b>Saldo Final</b>	<b>75</b>	<b>1.563</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**b.1) Ativo Fiscal Diferido**

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis. Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Prejuízo Fiscal	994	-
<b>Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%</b>	<b>249</b>	-
Base Negativa de Contribuição Social	1.008	-
<b>Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 15%</b>	<b>151</b>	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	28.016	30.869
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.243	850
Provisão para Despesas Administrativas	3.677	19.308
Provisão PLR - Administradores	-	553
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	1.631	-
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(76)	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	229
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(11)
Perdas em Operações de Crédito	12.453	26.898
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	47.944	78.143
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	47.944	78.696
<b>Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%</b>	<b>11.986</b>	<b>19.536</b>
<b>Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%</b>	<b>7.192</b>	<b>11.804</b>
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	1.631	-
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	229
<b>Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins</b>	<b>1.631</b>	<b>229</b>
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
<b>Total do Crédito de PIS e Cofins Diferidos</b>	<b>76</b>	<b>11</b>
<b>Total do Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>19.653</b>	<b>31.351</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.109</b>	<b>6.007</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>16.544</b>	<b>25.344</b>

**b.2) Passivo Fiscal Diferido**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	-	3.652
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	-	(170)
Ajustes Futuro - DI e DDI	175	-
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(8)	-
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	167	3.482
<b>Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%</b>	<b>42</b>	<b>871</b>
<b>Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%</b>	<b>25</b>	<b>522</b>
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	-	3.652
Ajustes Futuro - DI e DDI	175	-
<b>Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins</b>	<b>175</b>	<b>3.652</b>
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
<b>Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos</b>	<b>8</b>	<b>170</b>
<b>Total do Passivo Fiscal Diferido</b>	<b>75</b>	<b>1.563</b>
<b>Circulante</b>	<b>75</b>	<b>1.563</b>
<b>Longo Prazo</b>	-	-

**b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido**

Ano	31/12/2013		31/12/2012	
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2013	-	-	-	28.999
2014	3.109	75	3.034	588
2015	3.177	-	3.177	-
2016	1.493	-	1.493	-
2017	1.846	-	1.846	201
2018	2.838	-	2.838	-
Após 2019	7.190	-	7.190	-
<b>Total</b>	<b>19.653</b>	<b>75</b>	<b>19.578</b>	<b>29.788</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

**c) Valor Presente dos Créditos Tributários**

O valor presente total dos créditos tributários, líquido do passivo fiscal diferido é de R\$12.959 (2012 - R\$24.067), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP nº 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

**d) Outros Créditos - Diversos**

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	1.718	4.722
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 15.b.1)	27	6
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 15.b.2)	936	932
Direitos Creditórios (Nota 8.a)	-	2.216
Adiantamentos Salariais/Outros	86	152
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 18.c)	1.042	10
Outros	341	27
<b>Total</b>	<b>4.150</b>	<b>8.065</b>
<b>Circulante</b>	<b>4.150</b>	<b>8.065</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**10. Participações em Coligadas e Controladas**

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		31/12/2013	
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação Direta	Participação Direta e Indireta
<b>Controladas do Banco</b>				
Original Negócios Agropecuários Ltda. <sup>(1)(2)(3)</sup>	Intermediação	149.985	99,99%	99,99%
Original Investimentos Imobiliários Ltda. <sup>(4)(5)</sup>	Investimento	99.999	99,99%	99,99%
<b>Coligada do Banco</b>				
Brasil Agrosec Cia. Securitizadora Ltda. <sup>(7)</sup>	Securitização	3.735	23,75%	23,75%
	<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>Lucro Líquido/(Prejuízo)</b>	<b>Valor dos Investimentos</b>	
	<b>31/12/2013</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b>Controladas do Banco</b>			<b>Resultado da Equivalência Patrimonial</b>	
			<b>01/01 a 31/12/2013</b>	<b>01/01 a 31/12/2012</b>
Original Negócios Agropecuários Ltda.	21	1	21	21
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	100	-	100	20.098
Forsix Administradora de Recursos Ltda. (Forsix) <sup>(6)</sup>	-	-	-	-
<b>Coligada do Banco</b>				
Brasil Agrosec Cia. Securitizadora Ltda.	453	(1.315)	58	215
			(372)	(519)

<sup>(1)</sup> Em fase pré-operacional, com capital a integralizar;

<sup>(2)</sup> Atual denominação da JBS Negócios Agropecuários Ltda.;

<sup>(3)</sup> Em março de 2012 ocorreu aumento de capital no valor de R\$50, permanecendo o valor de cada cota de R\$1;

<sup>(4)</sup> Atual denominação da Pecos Administradora de Recursos Ltda., ocorrida em 21 de maio de 2012;

<sup>(5)</sup> Em junho de 2013 o capital social da empresa passou de R\$20.100 representado por 20.100.000 quotas no valor de R\$1,00 cada, para R\$100 com o cancelamento da emissão de 20.000.000 novas quotas mantendo-se as percentagens de cada sócio, até 31 de dezembro de 2013 ainda não entrou em operação está registrado na rubrica de "Outras obrigações" (Nota 14.b);

<sup>(6)</sup> Investimento alienado em 23 de abril de 2012 (Nota 28);

<sup>(7)</sup> Em 07 de novembro de 2012, conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$350, aumentando a participação societária para 23,75%. Na AGE, datada de 20 de maio de 2013, foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$100, sem alteração da participação societária, sediada na cidade de São Paulo-SP, que atua na securitização de direitos creditórios do agronegócio.

**11. Imobilizado de Uso**

Outras Imobilizações de Uso	31/12/2013		31/12/2012	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	296	(53)	243	212
Sistemas de Processamento de Dados	2.547	(1.416)	1.131	1.362
Sistemas de Segurança e Comunicações	261	(121)	140	180
<b>Total</b>	<b>3.104</b>	<b>(1.590)</b>	<b>1.514</b>	<b>1.754</b>

O ativo imobilizado do Banco está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas operações.

**12. Diferido**

Gastos de Organização e Expansão	31/12/2013		31/12/2012	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
	7.155	(6.678)	477	1.908
<b>Total</b>	<b>7.155</b>	<b>(6.678)</b>	<b>477</b>	<b>1.908</b>

**13. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses**
**a) Depósitos**

Depósitos	Sem	Até	De 3 a	Acima de	31/12/2013	31/12/2012
	Vencimento	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	11.412	-	-	-	11.412	9.389
Depósitos Interfinanceiros	-	51.788	-	-	51.788	150.238
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE <sup>(1)</sup>	-	23.942	48.748	102.389	175.079	191.636
<b>Total</b>	<b>11.412</b>	<b>75.730</b>	<b>48.748</b>	<b>102.389</b>	<b>238.279</b>	<b>191.263</b>
<b>Circulante</b>					<b>135.890</b>	<b>202.420</b>
<b>Longo Prazo</b>					<b>102.389</b>	<b>148.843</b>

<sup>(1)</sup> Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB), com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 115,50% do CDI e IPCA 100% (2012 - CDI - 98% e 130% e IPCA - 100%). Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas de 108% a 130% do CDI (2012 - 108% a 130%), e entre 100% do IPCA (2012 - 100%).

**a.1) Despesa de Captação no Mercado**

Depósitos Interfinanceiros	01/01 a		01/01 a	
	2º Semestre	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012
	2.994	9.030	2.982	2.982
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	9.590	19.160	24.800	24.800
Captação no Mercado Aberto	1.323	1.868	7.342	7.342
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA e Outros	8.017	14.727	22.952	22.952
<b>Total</b>	<b>21.924</b>	<b>44.785</b>	<b>58.076</b>	<b>58.076</b>

**b) Captações no Mercado Aberto**

Carteira Própria	31/12/2013		31/12/2012	
	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
	700	700	50.647	50.647
Títulos Públicos <sup>(1)</sup>	700	700	50.647	50.647
<b>Carteira de Terceiros</b>				
Títulos Públicos <sup>(2)</sup>	-	-	11.002	11.002
<b>Total</b>	<b>700</b>	<b>700</b>	<b>61.649</b>	<b>61.649</b>
<b>Circulante</b>				
<b>Longo Prazo</b>				
			700	-

<sup>(1)</sup> Refere-se a LTN; e

<sup>(2)</sup> Refere-se a NTN-B.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos**

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2013 Total	31/12/2012 Total
<b>Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares</b>	<b>69.783</b>	<b>92.870</b>	<b>14.014</b>	<b>176.667</b>	<b>195.366</b>
LCA	69.783	92.870	14.014	176.667	195.366
<b>Total</b>	<b>69.783</b>	<b>92.870</b>	<b>14.014</b>	<b>176.667</b>	<b>195.366</b>
<b>Circulante</b>				<b>162.653</b>	<b>185.636</b>
<b>Longo Prazo</b>				<b>14.014</b>	<b>9.730</b>

O Banco realiza operações com LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 50% e 104% do CDI (2012 - CDI 50% e 110,50%) e (2012 - IPCA - 100%). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 7,05% a.a. e 12,11% a.a. (2012 - 6,34% a.a. e 13,30% a.a.).

**d) Obrigações por Repasses do País**

O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café:

	De 3 a 12 Meses	31/12/2013 Total	31/12/2012 Total
Funcafé - FAC	-	-	3.053
Funcafé - Custeio	-	-	2.011
Funcafé - Estocagem	-	-	3.039
Funcafé - Capital de Giro	642	642	1.010
<b>Total</b>	<b>642</b>	<b>642</b>	<b>9.113</b>
<b>Circulante</b>		<b>642</b>	<b>8.103</b>
<b>Longo Prazo</b>		-	<b>1.010</b>

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

**14. Outras Obrigações**
**a) Fiscais e Previdenciárias**

	31/12/2013	31/12/2012
Impostos e Contribuições a Recolher		
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	6	11
Impostos e Contribuições sobre Salários	301	1.686
Outros	778	580
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros		
Provisão para Imposto de Renda	-	5.665
Provisão para Contribuição Social	-	3.555
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b.2)	75	1.563
<b>Total</b>	<b>1.160</b>	<b>13.060</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.160</b>	<b>13.060</b>

**b) Outras Obrigações - Diversas**

	31/12/2013	31/12/2012
Fundo Garantidor de Crédito	-	165
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 15.b.1)	2.243	850
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	2.179	23.555
Outras Despesas Administrativas	238	187
Outros Pagamentos	336	209
Subscrições de Capital a Integralizar <sup>(1)</sup>	100	20.098
Outras	602	102
<b>Total</b>	<b>5.698</b>	<b>45.166</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.355</b>	<b>24.218</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>2.343</b>	<b>20.948</b>

<sup>(1)</sup> Em junho de 2013 ocorreu o cancelamento da emissão de 20.000.000 novas quotas mantendo-se as percentagens de cada sócio.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**15. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões**
**a) Ativos Contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2013 e 2012.

**b) Provisões e Passivos Contingentes**
**b.1) Provisão para Processos Trabalhistas**

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos.

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco possuía R\$2.243 (2012 - R\$850) de ações trabalhistas com probabilidade de saída de recursos prováveis, para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$27 (2012 - R\$6).

**b.1.1) Movimentação das Provisões para Processos Trabalhistas**

	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	850	850
Constituição Líquida de Reversão	1.393	-
<b>Saldo Final</b>	<b>2.243</b>	<b>850</b>

**b.2) Provisões para Processos Cíveis**

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários; (2) ações decorrentes de contratos de financiamento; (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o Banco não possuía ações cíveis com saída de recursos prováveis, mas possui ação ativa para os quais foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$936 (2012 - R\$932).

**b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível**

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 2013 e 2012 o Banco não possuía nenhum passivo contingente classificado como possível.

**16. Patrimônio Líquido**
**a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social de R\$101.671 (2012 - R\$101.212) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
De Domiciliados no País	100.000.000	100.000.000	100.000.000	100.000.000
<b>Total</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100.000.000</b>

Foi deliberado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$459, mediante a distribuição do lucro, passando a R\$101.671, sem a emissão de novas ações. Em fase de homologação pelo Bacen.

**b) Reserva de Lucros**
**b.1) Reserva Legal**

Em 31 de dezembro de 2013 foi constituída reserva legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão em Estatuto Social e legislação vigente, e em 2012 não ocorreu constituição de reserva.

**b.2) Reserva Estatutária**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não houve constituição de reserva estatutária.

**c) JCP e Dividendos**

Em 31 de dezembro de 2013 conforme AGE, o Banco provisionou JCP dos acionistas, no montante de R\$4.450, o qual após retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$3.782 (2012 - R\$776 - líquido de imposto R\$660). Sendo que deste valor, o montante líquido de R\$3.744 (2012 - R\$653) foi pago a J&F e o montante líquido de R\$38 (2012 - R\$7) foi para o acionista, ambos os pagamentos foram efetuados até fevereiro de 2014. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$1.701 (2012 - R\$310).

Em 2012 foram pagos dividendos no montante de R\$2.547 e R\$25.012 no primeiro e segundo semestre, respectivamente, distribuídos em 2011.

**17. Limites Operacionais**

A partir de outubro de 2013, entraram em vigor novas regras, de mensuração do capital regulamentar seguindo as diretrizes de Basileia III. Segundo estas novas regras as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. Este índice deve ser calculado de forma consolidada.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Conglomerado Financeiro Original (composto pelo Banco Original S.A. e o Banco Original do Agronegócio S.A.), encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatíveis com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 4.193/2013 e legislação complementar.

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio de Referência Nível I	2.035.360	1.922.900
<b>Patrimônio de Referência (Nível I e II)</b>	<b>2.035.360</b>	<b>1.922.900</b>
<b>RWA (Patrimônio de Referência Exigido) <sup>(1)</sup></b>	<b>2.731.814</b>	<b>483.233</b>
RWA <sub>CRA</sub> (Parcela de Risco de Crédito)	1.994.580	193.479
RWA <sub>MRA</sub> (Parcelas de Risco de Mercado)	167.806	224.849
RWA <sub>ORA</sub> (Parcela de Risco Operacional)	569.428	64.905
<b>Índice de Basileia III e II</b>	<b>74,5</b>	<b>43,8</b>

<sup>(1)</sup> Para comparação entre a regra antiga e nova, deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

O Banco, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requerimentos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico [www.bancooriginal.com.br](http://www.bancooriginal.com.br).

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

**18. Partes Relacionadas**
**a) Benefícios Pós-Emprego**

O Banco não possui programas de remuneração de pós-emprego para Diretoria ou Colaboradores.

**b) Participação Acionária**

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ações Ordinárias		Ações Ordinárias	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)				
J&F Participações Ltda. (J&F) <sup>(1)</sup>	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
<b>Total</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100%</b>	<b>100.000.000</b>	<b>100%</b>

<sup>(1)</sup> É uma empresa de investimentos (Holding).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**c) Transações com Partes Relacionadas**

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2013	31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
<b>Aplicações em Operações Compromissadas</b>				
Banco Original S.A. <sup>(1)</sup>	-	2.000	-	538
<b>Operações de Crédito</b>				
J&F <sup>(2)</sup>	-	-	(10.780)	-
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas</b>				
Banco Original S.A.	894	-	-	-
Original Negócios Agropecuários Ltda. <sup>(3)</sup>	-	10	-	-
J&F	148	-	-	-
<b>Depósito à Vista</b>	<b>(324)</b>	<b>(2.190)</b>		
JBS S.A. (JBS)	(13)	(53)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	-	-	-
Forsix Administradora de Recursos Ltda.	-	(49)	-	-
Original Negócios Agropecuários Ltda.	(1)	(5)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(6)	(2.028)	-	-
J&F	(1)	(1)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(1)	-	-	-
J&F Infraestrutura e Construção S.A.	(6)	-	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(231)	-	-	-
Outros <sup>(4)</sup>	(36)	(54)	-	-
<b>Depósito Interfinanceiro</b>	<b>(51.788)</b>	<b>(150.238)</b>	<b>(7.741)</b>	<b>(2.375)</b>
Banco Original S.A.	(51.788)	(150.238)	(7.741)	(2.375)
<b>Depósito a Prazo</b>	<b>(4.612)</b>	<b>(1.949)</b>	<b>(85)</b>	<b>(29)</b>
Original Negócios Agropecuários Ltda.	(10)	(9)	-	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	-	(1.639)	-	(22)
J&F Infraestrutura e Construção S.A.	-	(301)	-	(7)
Henrique Meirelles e Associados Assessoria	(42)	-	(1)	-
Matone Promotora Ltda. (Promotora)	(4.560)	-	(84)	-
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>(6.951)</b>	<b>(19.744)</b>	<b>(165)</b>	<b>(171)</b>
ZMF Fundo de Investimento e Participações	(1.470)	(158)	(58)	(3)
Promotora	-	(7.231)	-	(50)
Original Negócios Agropecuários Ltda.	(4)	(1)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(1.943)	-	(1)	-
Outros	(3.534)	(12.354)	(106)	(118)
<b>JCP a Pagar</b>	<b>(4.449)</b>			
J&F (Nota 16.c)	(4.405)	-	-	-
Outros	(44)	-	-	-
<b>Outras Obrigações - Diversas</b>	<b>(355)</b>	<b>(743)</b>		<b>(163)</b>
J&F	(355)	(743)	-	(163)

<sup>(1)</sup> Controlado pela J&F; †

<sup>(2)</sup> Controlador;

<sup>(3)</sup> Controlado pelo Banco; e

<sup>(4)</sup> Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.

**19. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas**

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Serviços de Conta Corrente	3	4	17
Cobrança e Arrecadações	16	51	6
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	100	207	1.296
Outras	164	367	365
<b>Total</b>	<b>283</b>	<b>629</b>	<b>1.684</b>

**20. Despesas de Pessoal**

	2º Semestre	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Remuneração	2.913	8.056	23.182
Encargos	965	2.751	8.729
Benefícios	685	2.338	4.535
Honorários	-	-	114
Outras	11	58	164
<b>Total</b>	<b>4.574</b>	<b>13.203</b>	<b>36.724</b>

No primeiro semestre de 2013 a maioria do quadro de colaboradores do Banco foi transferido para o Banco Original S.A.. As despesas de pessoal foram, em sua maioria, transferidas também.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

**21. Outras Despesas Administrativas**

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>	<b>01/01 a 31/12/2012</b>
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	1.078	2.817	3.592
Depreciações e Amortizações	960	1.943	1.881
Propaganda e Publicidade <sup>(1)</sup>	602	1.850	1.818
Comunicações	468	696	520
Processamento de Dados	1.536	3.350	3.228
Aluguéis	498	1.010	1.177
Transportes e Viagens	620	1.630	2.386
Serviços de Vigilância e Segurança	26	46	36
Manutenção e Conservação de Bens	60	236	52
Serviços do Sistema Financeiro	357	626	997
Água, Energia e Gás	14	32	36
Material	13	66	308
Outras	395	1.376	2.168
<b>Total</b>	<b>6.627</b>	<b>15.678</b>	<b>18.199</b>

<sup>(1)</sup> Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

**22. Despesas Tributárias**

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>	<b>01/01 a 31/12/2012</b>
Despesa com COFINS	778	2.012	3.693
Despesa com ISS	15	32	84
Despesa com PIS/Pasep	126	327	599
IOF	175	1.846	1.082
Outras	53	112	366
<b>Total</b>	<b>1.147</b>	<b>4.329</b>	<b>5.824</b>

**23. Outras Receitas Operacionais**

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>	<b>01/01 a 31/12/2012</b>
Atualização de Impostos a Compensar	-	8	31
Reversão de Provisões Operacionais	-	6.871	260
Outras	73	232	55
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>7.111</b>	<b>346</b>

**24. Outras Despesas Operacionais**

	<b>2º Semestre</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>	<b>01/01 a 31/12/2012</b>
Provisões Operacionais Trabalhistas	1.198	1.393	-
Patrocínio	72	74	100
<b>Total</b>	<b>1.270</b>	<b>1.467</b>	<b>100</b>

**25. Resultado não Operacional**

Em 2013 refere-se principalmente a Lucros na Alienação de Outros Valores e Bens R\$15 no exercício e no 2º semestre R\$5 e em 2012 a Lucros na Alienação de Investimentos R\$88.

**26. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)**

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, respectivamente.

	<b>01/01 a 31/12/2013</b>	<b>01/01 a 31/12/2012</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado</b>	<b>25.418</b>	<b>(22.952)</b>
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	371	729
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	640	487
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	101	1.059
<b>Base de cálculo - CSLL</b>	<b>26.429</b>	<b>(21.736)</b>
<b>Base de cálculo - IRPJ</b>	<b>25.890</b>	<b>(21.164)</b>
CSLL - 15%	(3.964)	3.260
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(6.473)	5.556
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(10.437)</b>	<b>8.816</b>
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	363
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(10.437)	9.179

**27. Estrutura de Gerenciamento de Riscos**

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Banco conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de capital bem como os limites de riscos são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O comitê de diretoria é a autoridade nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Banco.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizando. Essa independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

 Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Banco disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: [www.bancooriginal.com.br](http://www.bancooriginal.com.br).

**a. Gerenciamento de Riscos Operacionais**

Conforme a Resolução CMN nº 3.380/2006, o Banco considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Essa estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

O Banco possui uma estrutura específica para gerenciamento e controle dos riscos operacionais. Para identificação e avaliação dos controles internos utiliza critérios baseados na estrutura integrada do COSO - Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* (COSO).

**b. Gerenciamento de Riscos de Mercado**

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução 3.464/2007 do CMN.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição.

As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente. O processo de controle de limites e níveis de alerta devem ser revisados, no mínimo, anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites e níveis de alertas: *VaR (Value at Risk)*, Testes de Estresse, *Stop Loss* e Análise de sensibilidade.

**c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez**

O Banco tem a devida preocupação com o gerenciamento e monitoramento do risco de liquidez. A importância dada pela Alta Administração a esta atividade é norteada pela Política de Risco de Liquidez que é devidamente aprovada e revisada, periodicamente, pelo comitê de Diretoria.

Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Diariamente são encaminhados para a Alta Administração do Banco relatórios que quantificam este monitoramento.

As variáveis utilizadas pelo Banco para a análise são: Disponibilidades, Níveis Mínimos de Liquidez, Concentração de Passivos e a Projeção do Fluxo de Caixa.

**d. Gerenciamento de Riscos de Crédito**

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de *rating* do cliente.

No caso particular onde o cliente é a contraparte do Banco para uma operação de derivativos a abordagem utilizada é denominada risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas ficam associadas às flutuações de mercado.

A Diretoria do Banco é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito da instituição, de forma independente das áreas de negócio.

**28. Reestruturação Societária**

Foram implementados movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades da entidade de acordo com o plano de negócios.

**a. Venda da Forsix**

Em 23 de abril de 2012 foi vendida a totalidade da participação do Banco na empresa, Forsix Administradora de Recursos Ltda. (Forsix), para a empresa J&F Participações Financeiras Ltda., pelo preço acordado de R\$659. A venda gerou um lucro na alienação de investimentos no valor de R\$88 registrado na rubrica "Resultado não Operacional".

A operação foi homologada pelo Bacen.

**29. Outras Informações****a. Garantias Prestadas**

Em 31 de dezembro de 2013, os avais de fianças concedidos a terceiros pelo Banco, mediante comissão, montam em R\$2.064 (2012 - R\$6.650), que estão sujeitas a encargos financeiros e contra-garantias dadas pelos beneficiários.

**b. Plano de Aposentadoria e Pensões**

O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Banco, as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

**A DIRETORIA****CONTADOR - Alexandre Passos Alves - CRC 15P297.700/O-2**



**Banco Original**

[www.bancooriginal.com.br](http://www.bancooriginal.com.br)